



MEMÓRIA E CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE CIDADANIA

Maria Elena Bernardes*

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

meb@unicamp.br

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo discutir a trajetória de Maria Ileide Texeira, uma migrante mineira que chegou a Campinas na década 60, do século XX. Sua condição de migrante, negra, com escolaridade mínima e mulher não a impediram de buscar o seu espaço de inserção política e liderar a construção de uma “creche”, que na verdade era um barraco coberto por uma lona, para abrigar os filhos das famílias do assentamento onde morava. O encontro de Ileide com Silvia Leeven, uma mulher de classe social oposta a sua, resultou em um projeto bem sucedido. Hoje, o *Centro Promocional Tia Ileide-CPTI*, uma ONG que recebeu este nome em homenagem a Ileide, conta com uma horta comunitária e cinco unidades bem estruturadas nas quais são atendidas mais ou menos 720 crianças e adolescentes de 04 a 18 anos de idade.

PALAVRAS-CHAVES: Ações Voluntárias – Vida Comunitária – História Cultural

ABSTRACT: The goal of this article is to discuss the trajectory of Maria Ileide Texeira, a woman that migrated from the State of Minas Gerais, Brazil, to Campinas, State of São Paulo, in the sixties. Her migrant condition, plus being black, with low scholarty and woman, did not prevent her to fight for political insertion and, also, to lead the creation and the establishment of a day nursery for poor children. It started in fact as a tent, covered by a canvas, for the children of the families which compose the dwelling where she lived in. The meeting between Ileide and Silvia Leeven, a woman of higher social class, resulted in a well succeeded social project. Today it is called *Centro Promocional Tia Ileide-CPTI*, it is a NGO that received its name to homage Mrs. Ileide,. It has a communitarian vegetable-garden, and five well structured units where about 720 children and adolescents, for the age from 04 to 18, are in attendance.

KEYWORDS: Voluntary Actions – Communitarian Life – Cultural History

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro. Estou
preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes
esperanças. Entre eles considero a enorme
realidade. O presente é tão grande, não nos

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. É pesquisadora do Centro de Memória-CMU/UNICAMP e autora do livro: **LAURA BRANDÃO: A invisibilidade feminina na política.** Campinas: UNICAMP/CMU, 2007.

afastemos. Não nos afastemos muito, vamos
de mãos dadas...

Drummond – **Sentimento do Mundo**

Certamente, Ileide, a protagonista da história que você leitor irá conhecer agora, não conhecia o poeta Carlos Drummond de Andrade, mas, assim como ele cantou em seu poema, ela também não estava preocupada com o futuro, e sim com os problemas que afligiam, no seu tempo, no tempo presente, seus companheiros e companheiras. Temerosa que os conflitos e os problemas que a dura realidade vivida naquele assentamento impunha a todos pudessem separá-los, ela descobre que, coletivamente, é mais fácil não desistir da vida. E, de “mãos dadas” com seus iguais descobrem que ações coletivas podem tirar as pessoas do entorpecimento, dos silêncios, da melancolia e devolver a todos a esperança de uma vida com mais dignidade.

As reflexões desenvolvidas neste artigo são resultados de pesquisas realizadas junto ao projeto *Educação não-formal, Memória e Cidadania: Os Distritos de Campinas-SP*,¹ que tem por objetivo pesquisar a História dos quatro Distritos da cidade, sendo eles: Sousas, Joaquim Egídio, Barão Geraldo e Nova Aparecida.

O distrito de Nova Aparecida, objeto de nossas pesquisas no segundo semestre de 2005, é, dentre os quatro distritos, o mais pobre da cidade, com uma população de mais ou menos 60 mil habitantes. Localizado na Zona Oeste de Campinas, a 15 km distante da cidade, às margens da Via Anhanguera, faz divisa com Sumaré, Hortolândia e Paulínia, cidades da Região Metropolitana de Campinas. O distrito agrega 25 bairros, dentre eles 11 foram originados de ocupações e, ainda, estão em processo de regularização.²

Nesse distrito, a nossa pesquisa foi realizada junto ao *CPTI-Centro Promocional Tia Ileide*, uma ONG situada na Vila Sete de Setembro. Dentro das oficinas oferecidas pelo projeto, coordenei, em parceria com a Prof^a Olga, as Oficinas de História Oral, na qual participaram mais ou menos 25 jovens, de ambos os sexos na faixa de 14 a 18 anos de idade. O objetivo foi o de instrumentalizar os adolescentes com

¹ Sob a coordenação da Prof^a Dra Olga Rodrigues von Simson, diretora do Centro de Memória-UNICAMP. O projeto conta com o apoio do *CNPq* e *FAPESP*.

² Segundo dados da sub-Prefeitura de Nova Aparecida, em junho de 2006.

informações de caráter teórico-metodológico sobre esse método qualitativo de pesquisa que os capacitassem a colher, junto a seus parentes e vizinhos mais idosos, a memória e desenvolvimento do bairro onde moram, no sentido de retratar a trajetória de lutas e de construção das reivindicações de caráter social que essa população engendrou para conquistar uma relativa qualidade de vida que hoje conseguem minimamente vivenciar no bairro.

Os relatos orais abrem caminhos para estabelecer relações entre memórias individuais e coletivas, oferecem rastros, vestígios e revelam a diversidade das formas de inserção social de um indivíduo ou grupo e identificam as estratégias e táticas utilizadas em suas ações, mesmo que, muitas vezes, inconscientes.³

Dentre os moradores contactados, entrevistamos Maria Ileide Teixeira,⁴ carinhosamente chamada por Tia Ileide, uma migrante mineira que chegou a Campinas na década 60, do século XX, seduzida pela possibilidade de trabalho e melhores condições de vida, principalmente no que concerne à saúde e escolaridade. Ileide começou muito cedo no trabalho, mais ou menos com dez anos de idade. Trabalhou como doméstica, o primeiro emprego foi como babá de um bebê de um ano e meio – nas suas palavras: “uma criança cuidando de outra criança”. E ainda menina, com quatorze anos e meio de idade, casou-se e deste casamento teve quatro filhas. Separou-se aos 28 anos de idade, e do casamento herdou as quatro filhas e o duro encargo de cuidar delas sozinha. Tempos depois Ileide conheceu José João Teixeira com quem se casou pela segunda vez e compartilha sua vida até hoje. As escolhas do casal não eram muitas e, a convite de uma amiga, se juntaram a um grupo de pessoas e tomaram posse de um terreno que foi batizado de Vila Independência, pois foi no dia em que se comemora a independência do país que o grupo chegou ao local e instalaram os seus barracos de lona. Mais tarde, o nome foi mudado para Vila Sete de Setembro.

Segundo Ileide as dificuldades eram muitas e faltava tudo: água, luz e alimentação. Recebiam as sobras de alimentos que o CEASA mandava por intermédio de alguns políticos que atuavam na região. Foi assim que surgiu a necessidade de uma cozinha coletiva, pois a divisão poderia ser mais justa, e, neste processo as crianças

³ Cf. REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.15-38

⁴ Todas as referências citadas neste texto em relação as falas de Ileide estão em conformidade com a entrevista realizada no dia 20/10/2005 – no CPTI-Campinas.

tinham prioridade sendo elas quem comiam primeiro. Construíram então um barracãozinho bem no centro do terreno e lá foi instalada a cozinha coletiva. O local servia ainda para as reuniões dos moradores. As crianças eram as que mais sofriam. Na condição de *assentadas* elas não poderiam frequentar as creches dos bairros vizinhos e conseqüentemente as mães não tinham como trabalhar. Foi então que surgiu a proposta, numa das reuniões, para a construção de uma “creche” que pudesse abrigar as crianças. Ileide foi quem fez a proposta e a colocou em prática com o aval do grupo.

Ileide reuniu as mulheres, vinte mães no início, e juntas levaram a empreitada adiante. Para o grupo vieram alguns homens, mas, segundo Ileide, “eles pouco acreditaram...mas, no momento da construção do barraco eles ajudaram.” A vivência numa comunidade requer práticas sociais nas quais os sujeitos estão em constante interação e a fecundidade das ações são marcadas pela multiplicidade das experiências de cada um.

Chegaram à conclusão que seria a maneira de vislumbrar alguma melhoria para o grupo, pois este seria um caminho para resolver o problema das crianças. Ileide propôs às mães: “vamos fazer o seguinte, a gente reúne todas as mães, vê quem gostaria de trabalhar fora, as que não quiser fica com os filhos daquelas que vão trabalhar”. E foi este o primeiro passo “se juntar para auxiliar uma as outras”, conclui ela. Saíram em busca de restos de madeira de construção e, em pouco tempo, levantaram um barraco que foi coberto por uma lona de plástico preto e chão de terra batida. Recolheram panelas e outros utensílios de cozinha, botijão de gás e um colchão de casal onde as crianças dormiam e descansavam.

No entanto, outro problema teve que ser enfrentado, pois não foi fácil para estas mulheres conseguirem trabalho. A discriminação com aqueles que moram em uma invasão é grande, porque, entre os problemas enfrentados, também não há como comprovar endereço. Mas, apesar de todas dificuldades aos poucos os trabalhos vieram. As mães que trabalhavam contribuía garantindo a comida das crianças, as mães monitoras também comiam e ainda levavam uma cesta de alimento para casa. Assim, em pouco tempo, o grupo conquistou a confiança de todas e em três meses a “creche” contava com sessenta crianças. Foi quando começaram a ser vistas pelo poder público e questionadas pelas Secretarias de Educação e Saúde no que concerne às condições de salubridade e pedagógicas, pois segundo estes órgãos não era possível misturar crianças

de faixas etárias diferentes num único local que servia de cozinha, dormitório e sem condições adequadas de lazer.

Era o ano de 90, do século XX. Aquele era um ano de eleição para governo do estado, deputados estadual e federal. Sendo assim as visitas políticas não foram poucas e algumas ajudas concretas vieram. De um dos candidatos a deputado federal receberam 20 berços com colchões, cobertores, leite em pó, alimentos e sacos de cimento. Outra vez, em mutirão, cimentaram o chão e dividiram a cozinha dos quartos. O pequeno barraco tomava forma e cada vez mais fica com cara de uma creche.

Havia chegado a hora de pensar na institucionalização do espaço. Mas precisava de um estatuto. Ileide nos confessa o seu desejo de estudar direito. Ainda mantém o sonho de se tornar uma advogada um dia. Curiosa com as leis ela começou a ler os estatutos de outras entidades e, desta maneira, escreveram o regimento da creche, iluminadas pela luz de uma lamparina.⁵

E o nome da entidade, qual seria? Primeiro foi pensado em Centro Educacional, mas por orientação jurídica souberam que o nome não poderia conter a palavra educação, pois tratava-se de uma ação de promoção social. Depois de muitos debates para achar um nome que agradasse a todos, quem acabou decidindo foi Taís, uma das crianças assistidas pela instituição na época: Tais sugeriu o nome de *Tia Ileide* e assim a creche foi batizada com o nome de *Centro Promocional Tia Ileide*. Ileide nos conta do seu susto e orgulho, mas, ao mesmo tempo, confessa que também ficou muito preocupada, pois sabia o quanto a sua responsabilidade aumentaria com aquela homenagem. Agora o seu nome estava diretamente ligado ao projeto, portanto também estaria ligado a qualquer coisa que por ventura desse errado. Assim, no ano de 1993 a entidade foi registrada.

Agora, o *Centro Promocional Tia Ileide* existia de direito e de fato, e Ileide foi eleita presidente da entidade. No entanto aumentaram também os problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. No decorrer da árdua caminhada, poucas mães ficaram. Das vinte, restaram cinco. Foi quando Ileide decidiu que iria procurar trabalho, pois com o seu salário poderia contribuir para diminuir os problemas financeiros que a creche vinha enfrentando.

⁵ Ainda não havia luz elétrica no assentamento.

Foi assim que se deu o encontro de Ileide com Sylvia Leeven⁶, uma alemã que veio para o Brasil nos meados da década de oitenta, acompanhando seu marido que era um dos diretores da multinacional *Robert Bosch do Brasil*. Ileide foi trabalhar em sua casa como cozinheira. Depois de quatro meses de trabalho, Ileide foi cozinhar na festa de uma das amigas de Sylvia, e como já era tarde da noite foi para casa com o motorista da família. Estava criado um constrangimento, pois Ileide não havia revelado o seu real endereço temendo não ser contratada, por esta razão pediu ao motorista que a deixasse em uma rua longe do assentamento. Disse ela ao motorista: *olha você pode me largar aqui na frente da padaria do Cardoso, você pode me largar aqui, a minha casa é logo ali*. Como era noite e ela carregava uma sacola foi perseguida por um rapaz que estava em uma bicicleta e, na corrida, acabou caindo e quebrando a perna. Talvez tenha sido uma obra do destino, pois foi assim que Sylvia conheceu quem de fato era Ileide.

Sylvia foi visitá-la e fala do choque quando viu o lugar: *a gente chegou tudo era de terra, tudo muito precário e muito chocante, eu estive algum tempo na Índia e conheço pobreza, pobreza pura, mas outra coisa é a falta de dignidade, como eles estavam vivendo aqui no início com estes barracos de sobras de madeira, caixas...que pegavam no CEASA...* Ileide por sua vez relata o espanto das pessoas ao ver uma mulher loira e elegante chegando em um carro de luxo. E Sylvia quis entender o que acontecia de fato e, segundo Ileide, ela foi logo perguntando: *eu gostaria de saber o que você faz com o seu salário, porque o que eu pago pra você é o suficiente pra você morar num lugar decente, numa casa melhor*. Foi quando Ileide revelou o destino do seu salário: *o meu salário ele vai pra comunidade..., olha as nossas crianças do bairro, o meu salário vai pra lá, eu divido o meu salário pra comprar alimentação e dividir pras monitoras*. Sylvia disse, *você não pode fazer isso, você não está nem cuidando da sua família, como que você vai querer cuidar da família dos outros, não faça mais isso*. Ileide não discutiu e, num largo sorriso, confessa que sabia que continuaria fazendo.

Foi assim que nasceu uma feliz parceria. Duas mulheres de classe social opostas, sensibilizadas pela mesma luta. Sylvia nasceu no final da Segunda Guerra Mundial, em Posen, fronteira com a Alemanha e Polônia. Desde sua juventude, nas aulas de Geografia, o Brasil sempre foi tema de sua curiosidade. Conheceu o carnaval e a bossa nova através do filme *Orfeu Negro*, dirigido por Marcel Camus. Através do

⁶ Todas as referências citadas neste texto em relação as falas de Sylvia Leeven estão em conformidade com a entrevista gravada no dia 19/04/2006 – no CPTI-Campinas.

filme conheceu músicas clássicas do gênero assinadas por Tom Jobim, Vinícius, Luiz Bonfá e Antonio Maria, como “A Felicidade”, “Manhã de Carnaval” e “O Nosso Amor”. Ouviu, por mais ou menos trinta anos, Baden Powell e, já morando no Brasil, quando leu atentamente a capa do disco, descobriu que ele era brasileiro. Conclui ela: ... *tudo isso já indicava que o nosso caminho era aqui no Brasil.*

Sylvia conheceu os trabalhos sociais, em 1988, quando de suas viagens a Manaus acompanhando seu marido que lá ia a trabalho. Descia o Rio Negro, junto com uma médica, para dar assistência as comunidades ribeirinhas. Foi neste mesmo ano que conheceu o *Grupo Primavera*, que atuava no Jardim São Marcos e Jardim Campineiro, bairros pobres da cidade de Campinas. Então descobriu que não precisava ir tão longe. A pobreza estava bem ao seu lado. Nesta entidade atuou por sete anos.

Desta maneira, quando se deparou com o assentamento do Sete de Setembro, ela já havia adquirido uma certa familiaridade com os trabalhos sociais. Depois de um ano e já plenamente envolvida com as lutas dos moradores e com as mães da creche, tentou buscar ajuda institucional. Foi quando contactou a FEAC⁷ e descobriu que a Federação que agrega as entidades assistenciais da cidade não tinha a dimensão real do que de fato acontecia na periferia da cidade. Pois a reação do engenheiro da FEAC quando viu como viviam os assentados foi de espanto, o que se pode conferir na frase dita por ele: *Eu não sabia que a Bolívia era tão perto.* Na época, 1992, a regra da prefeitura da cidade era que as entidades assistenciais teriam que ter dois anos de existência para receberem dinheiro público, sendo assim o *CPTI* ainda não poderia contar com o dinheiro público do município.

Uma vez recuperada, Ileide assumiu novamente seu trabalho na casa de Sylvia, onde passava o dia todo e a noite se dedicava à comunidade. Mas ela havia ganhado uma aliada em tempo integral. Por intermédio de Sylvia, foi criado em Stuttgart, na Alemanha, a *Associação Primavera*, composta por funcionários da Bosch daquele país. A iniciativa nasceu da visita de alguns amigos alemães, entre eles a jornalista Marianne Wass-Frey da Bosch Alemanha. Esta jornalista viajou com Sylvia e conheceu Manaus, Salvador, Curitiba, além de Campinas, cidades nas quais estão sediadas fábricas da Bosch e, juntas, conheceram uma diversidade de projetos sociais. Esta jornalista, de volta à Alemanha, fez uma grande campanha, escreveu artigos para os jornais e

⁷ A sede da FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – está localizada em um dos bairros mais nobres da cidade.

conseguiu fundar uma associação de ajuda ao terceiro mundo. O objetivo era criar uma associação que colaborasse com projetos sociais de instituições, em cidades onde a Bosch possui fábrica e funcionários da empresa atuando como voluntários.

O *CPTI* foi o primeiro projeto contemplado pela *Primavera*. Com esta ajuda foi possível transformar o barraco coberto por uma lona na primeira creche de alvenaria do bairro. Era o ano de 1995. Dois anos mais tarde, foi construído o segundo prédio e a associação alemã financiou a construção e toda manutenção das duas unidades, por três anos.

O cenário mudou significativamente, e nada era parecido com o antigo barraquinho, mas a infra estrutura, como água, luz e telefone demorou a chegar. A falta d'água era um grande problema. Havia cinco torneiras comunitárias para atender 182 famílias. Desta maneira, foram mais de um ano e meio de árdua luta, pois o abastecimento de água na creche, para consumo e banho das crianças, era carregado em um tambor numa carriola.

Além dos problemas estruturais e políticos, talvez, um dos maiores desafios foi o aprendizado dessas duas mulheres para compreenderem as múltiplas relações estabelecidas entre elas. No espaço particular, eram patroa e empregada e, além disso, Sylvia discordava, desde o primeiro momento, da maneira com que Ileide cuidava de sua família. Não entendia muito o seu desprendimento em colocar a comunidade em primeiro plano. Mas, no espaço público da luta comunitária Ileide era a Presidente e idealizadora do projeto que crescia a passos largos, graças as iniciativas e contatos de Sylvia, naturalmente viabilizados pela sua condição social.

No entanto, ambas buscavam alargar os espaços de cidadania, ainda tão incipientes num momento em que o Brasil acabava de sair de um “[...] longo e acidentado processo de redemocratização que encerrou o regime militar e inaugurou os debates por uma nova carta constitucional para o país”.⁸ O conceito de cidadania, neste texto, está vinculado à idéia de direitos aqui entendido nas três dimensões que compõem este conceito, de acordo com o referencial teórico de T. H. Marshall,⁹ – a dos direitos políticos, que são os que dizem respeito à participação dos cidadãos no governo de sua

⁸ GOMES, Angela de Castro. Venturas e Desventuras de uma República de Cidadãos. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. (Org.). **Ensino de História; conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 164.

⁹ MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2002.

comunidade, ou seja, na feitura das leis que garantem e expandem seus direitos, inclusive protegendo-os, mais uma vez, do poder do Estado. O voto, como instrumento principal, e todos os órgãos e associações de representação popular, materializam a idéia de cidadania política, nascida no século XIX; dos direitos civis, moldada pela idéia de liberdade individual construída como um anteparo e uma proteção ao poder do Estado ou de outros indivíduos, a partir do século XVIII . Por isso são direitos civis todos aqueles que asseguram a vida, a liberdade, a igualdade e também a manifestação de pensamentos e movimentos das pessoas que integram uma comunidade regida por leis; e dos direitos sociais, seu sentido primordial é o de garantir condições de vida e trabalho aos cidadãos de uma sociedade, assegurando-lhes uma certa segurança e participação, ainda que pequena, na riqueza do país.¹⁰

Ileide havia aprendido na luta diária que tais direitos são conquistados e, segundo ela, muitas vezes *só há uma brechinha, pois na maioria das vezes a gente não tem porta aberta, a gente tem brecha...* E mesmo não sabendo que os direitos sociais do grupo estavam muito longe daqueles ditados pela Constituição de 1988, – principalmente os que dizem respeito a tríade educação, saúde e moradia – ela vivenciava, com outros tantos homens e mulheres, as penúrias enfrentadas no dia a dia pela falta de cumprimento de tais direitos, por esta razão era incansável em sua luta.

Por outro lado, Sylvia chegou ao Brasil num momento em que os direitos políticos estavam em expansão; os direitos sociais, no entanto, estavam longe de assegurar a todos a participação, ainda que pequena, na riqueza e bem estar coletivos.

Mas, o projeto idealizado por Ileide estava em expansão, no entanto, sua idealizadora percebeu que era hora de alçar outros vôos. Para ela tudo havia ficado grande demais e se sentia pouco qualificada para comandar tal empreitada. Ao que parece, criou-se uma tensão: a institucionalização “explusa” sua principal liderança? Internamente os sujeitos regulam as suas estratégias associativas e as fontes oficiais pouco nos revelam sobre estas práticas e como as relações de sociabilidade se estabelecem.

Foi neste contexto, talvez, não sem tensão, que a comunidade elegeu Sylvia para presidente da instituição. Era o ano de 1995. Ileide foi junto com o marido para

¹⁰ GOMES, Angela de Castro. Venturas e Desventuras de uma República de Cidadãos. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. (Org.). **Ensino de História; conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 152-153.

Mogi Mirim, morar no assentamento rural de Vergel. Segundo ela, *o marido foi pela terra, ela pela luta*. Novamente organizou os moradores, fundou nova creche e é, até hoje, umas das lideranças do local. Seu desafio no momento é o de construir com as mulheres assentadas, uma fábrica de doces com as frutas orgânicas produzidas por eles, com o objetivo de gerar emprego para os adolescentes.

Sylvia assumiu a presidência do *CPTI*. Com o passar dos anos, vieram outras ajudas institucionais: FEAC, Prefeitura Municipal e, ainda, empresas e bancos que, através do incentivo fiscal, poderiam doar 1% do imposto devido à obras sociais. A instituição recebeu quantia suficiente para a ampliação do projeto. Hoje o *CPTI* cresceu e conta com uma horta comunitária e cinco unidades bem estruturadas nas quais são atendidas mais ou menos 720 crianças e adolescentes de 04 a 18 anos de idade.¹¹

Entretanto a trajetória da instituição é marcada pela desarticulação dos processos de mobilização que originou sua história. Segundo a análise de Sylvia, houve uma ação equivocada por parte de uma assistente social, ligada a FEAC, que lá atuou orientando os moradores a não colaborarem com a justificativa de que tudo aquilo era da Bosch, sendo, portanto, da empresa a responsabilidade pela manutenção. O resultado foi que quando a população local era solicitada para algum trabalho, mesmo que remunerado, eles cobravam mais caro que qualquer outro profissional vindo de fora do bairro. Segundo ela, foi muito difícil reconstruir o espírito coletivo novamente.

Depois de dez anos à frente do *CPTI*, Sylvia se emociona ao relatar que as crianças e jovens que freqüentam a instituição se destacam nas escolas do Distrito, tanto na liderança como na compreensão dos conteúdos estudados. Qual é o segredo? Em primeiro lugar são bem alimentados e desde pequenos é dado a eles espaço para reflexão e, cada vez mais, são chamados a co-responsabilidade pela manutenção do espaço que é deles e para eles. Lembra de sua história. Sua mãe ficou viúva, na guerra, aos vinte e dois anos e ela foi criada em uma creche na Alemanha. Não esconde sua admiração pelas mulheres brasileiras, pela garra com que assumem, muitas vezes sozinhas, o sustento da família. E é com um sentimento de pertencimento que Sylvia devolve às crianças brasileiras o que ela mesma vivenciou em sua trajetória de vida.

¹¹ **Unidade 1:** abriga a Administração e Diretoria; o grupo Agente Jovem (15 a 18 anos), parque da Educação Infantil e Anfiteatro. **Unidade 2:** Fórum da Família (são atendidos os moradores dos 12 bairros da região); **Unidade 3:** Crianças de 4 a 7 anos; **Unidade 4:** Vila Mendonça: São atendidas crianças e adolescentes de 8 a 15 anos; **Unidade 5:** Vila Francisca. São atendidas crianças de 8 a 15 anos. Conforme Jornal *Visão com Ação*, CPTI, edição nº 6, nov/dez/2003.

Quando interrogada sobre o que a move, pois seus filhos e netos estão em outro país, o marido aposentado, e ela continua se dedicando como voluntária integralmente ao *CPTI*, sua resposta é clara: a escolha não é pelo país e sim pelas pessoas. O sentimento de irmandade universal a move e o seu maior desejo é que um dos jovens venha assumir a direção da entidade, e conclui *com isso a gente poderia dizer: trabalho bem feito, ai a gente pode sair*. E, talvez, ela também estará pronta para alçar outros vôos.

Quando encontramos *Ileides* e *Sylvias* que, a despeito de tempos tão sombrios, carregam no seu cotidiano a inquietação incansável na busca de saídas coletivas para minimizar o sofrimento de tantos seres humanos destituídos quase que integralmente de seus direitos, renovamos a esperança que é possível, sim, a construção de um mundo melhor e mais igualitário para homens e mulheres.

